

ICONICIDADE EM FORMAS NEOLÓGICAS SUBSTANTIVAS

Maria Noêmi F. C. Freitas (UERJ/SMERJ)

freitas.noemi@gmail.com

1. Introdução

O que nos moveu para este estudo foi a pesquisa sobre a iconicidade do substantivo desenvolvida durante o nosso mestrado em língua portuguesa, concluído em 2008, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ao examinar a seleção de nomes (substantivos) em textos, para a escolha do *corpus* da pesquisa, observamos uma forte produtividade do potencial icônico nas formas neológicas. O neologismo é, para Rifaterre (1989), “a palavra própria”, criada para a necessidade da causa. Seja uma palavra nova, seja uma acepção nova para uma palavra já existente, o substantivo neológico surge para preencher uma lacuna de forma ou de sentido num processo de nominalização, ou ainda para cumprir uma função expressiva, a partir de uma espécie de luta entre os diversos interpretantes (possibilidades de sentido) e os diversos paradigmas disponíveis, na qual um novo elemento ou um novo sentido deverá destacar-se como o mais apropriado para a finalidade da ocasião. Além disso, o neologismo é a forma subjetiva que, na sua essência, é capaz de revelar elementos participantes da enunciação e a “inserção do sujeito na linguagem” (POSSENTI).

Cabe observar o processo de construção de identidades que faz com que o enunciador escolha uma forma (neológica, nesse caso) e não outra para nomear o objeto em questão. Para nós, esse processo decorre do aspecto metafórico da linguagem, no sentido de que, considerada a iconicidade, as palavras (os substantivos neológicos em especial) são signos icônicos que representam seus objetos (*referentes*) por similaridade, ou seja, a partir de “identidades postas à mostra” (SANTAELLA, 2002, p. 18), percebidas pelo enunciador na relação significante – significado.

Desse modo, cumpre-nos a tarefa de investigar a iconicidade das formas neológicas substantivas selecionadas, a fim de tentar captar as posições discursivas e os processos de discursivização que motivaram essas criações para a função de designar e orientar o sentido. Para tanto, fundamentamos nosso trabalho em questões relacionadas com a iconicidade verbal (SIMÕES), com base na semiótica de Peirce (SANTAELLA e

SIMÕES), considerados os processos semânticos (ULLMAN e MARQUES), discursivos (BAKTHIN e POSSENTI) e textuais (linguística textual).

Nosso texto também buscou inspiração na leitura do *Crátilo*, de Platão (vs. 1994).

2. *Sobre a preocupação com os nomes*

Já na antiguidade grega, Sócrates preocupava-se com a “justeza” dos nomes, a qual dizia ser “obra de artista” e julgava consistir “na expressão da natureza das coisas, com vistas a instruir”. Ele analisava a aptidão para a arte de atribuir e criar nomes. A “justeza dos nomes” a que se referia diz respeito mais à adequação do que propriamente à exatidão, e está ligada sempre a uma qualidade – a “natureza” – do objeto. Assim, *Agamémnon* (nome próprio) deve significar “um homem capaz de empreender o que uma vez lhe pareceu bem e de com perseverança e denodo o levar a cabo”; *gênio* (nome comum) deve designar “homens sensatos e sábios (PLATÃO, 1994, p. 47) e *herói*: “protetor”, segundo Boisacq (PLATÃO, 1994, p. 48), “senhor” ou “homem livre”, segundo Dr. W. Pape’s (PLATÃO, 1994, p. 48), mas também, empregado como título honorífico de soldados ou de reis, teria sido aproveitado por Homero para designar aqueles que se distinguiam por sua valentia ou outras qualidades. E, como Homero considerava os guerreiros dos tempos antigos *uma raça de homens semideuses* (*Iliada*, XII, 23), isto teria dado origem a que os heróis fossem elevados à categoria de entes sobre-humanos e, a que, depois, os colocassem entre os deuses e os homens (cf. PLATÃO, 1994, p. 48).

Mas, para Sócrates, o nome tem uma qualidade que lhe é própria e que o objeto não tem, que é a qualidade mesmo de ser nome. Do contrário, “Tudo seria duplo e não se poderia dizer qual é o objeto e qual o nome” (SÓCRATES, cf. PLATÃO, 1994, p. 139). As coisas têm sua própria realidade, independentemente de nós. Mas, assim como as coisas, são os atos referentes a elas. Eles são também uma determinada forma da realidade. Nomear é um ato do qual o nome é um instrumento. Ajustado, então, o ato ao objeto nomeado, eis a essência do nome.

A habilidade a que se refere Sócrates de “fitar os olhos no nome natural a cada objeto” lembra a imprecisão dos signos. No espaço que se situa entre a afirmação de Protágoras de que “o homem é a medida de to-

das as coisas” (SÓCRATES, cf. PLATÃO, 1994, p. 14), na qual os objetos são o que parecem a cada um (imprecisão), e a opinião de Eutídemus (PLATÃO, 1994, p. XCIII) de que as coisas são “para toda a gente sempre e exatamente iguais” (convenção) está a iconicidade dos nomes. É nessa base que se produzem os sentidos, latentes até que, na interação, dado o contexto, se atualizem.

Já aqui, podemos concluir que a “justeza” dos nomes é relativa.

3. *A categoria da qualidade em Peirce*

Na semiótica de Peirce, a categoria da qualidade é a iconicidade. Nessa perspectiva, o ícone é um estágio do signo que sugere ou evoca algo, porque a qualidade que ele exhibe se assemelha a uma outra qualidade (cf. SANTAELLA, 2002, p. 17).

O signo é entendido, em Peirce,

Como algo que representa *alguma coisa (objeto)* que ali não pode estar; signo é, portanto, um representâmen, algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém; isto é, cria na mente do intérprete (receptor, decodificador) um sinal equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido ao qual chamou de *interpretante* do primeiro signo. (SIMÕES, 1999, in SIMÕES, 2004, p. 8)

Interpretante é “o conjunto de valores sociais que regula a compreensão das mensagens” (SIMÕES, 2004). Pode ser entendido, grosso modo, como “senso comum” (*Idem, ibidem*). Na visão peirciana, é

Uma espécie de supersigno ou supercódigo, individual ou coletivo, que reelabora constantemente o seu repertório de signos em confronto com a experiência, conferindo aos signos, em última instância, o seu significado real, prático. O interpretante, assim, não é uma coisa, mas antes o processo relacional pelo qual os signos são absorvidos, utilizados e criados. (PIGNATARI, 1976, *apud* SIMÕES, 2004, p. 10-11)

Neste ponto de vista, os significados não estão “presos” aos textos ou às palavras, são reconstruídos ou atualizados no processo de produção de sentido. Este processo constitui-se pela produção ininterrupta de uma cadeia de signos, que se inicia na seleção dos constituintes textuais, passando pela combinação e organização desses elementos, e se completa na interpretação. Nesse percurso, estabelecem-se as relações entre as palavras, expressões e símbolos e seus usuários, baseados em ‘princípios de cooperação’, sem os quais não é possível interpretar. Esses princípios e essas relações são objetos de estudo da pragmática. Cabe à semântica,

nesta perspectiva, analisar os signos “como unidades capazes de reunir traços suficientes à orientação do intérprete na direção dos significados e sentidos próximos ou apropriados para o texto”, rumo à textualidade (cf. SIMÕES, 2004, p. 16-18).

Pela ótica peirciana, é possível resgatar o caráter simbólico da linguagem, ou seja, a sua condição de produto histórico-ideológico que reflete a participação dos sujeitos na construção da realidade social, por meio do discurso, visto em Simões (2004, p. 21) como a “materialização textual de formas de ver o mundo”. Por este caminho, também chegamos ao *signo ideológico* de Bakhtin (1979, p. 34), que é o “resultado da enunciação concreta e da compreensão ativa”, que “traz para o primeiro plano as relações (...) entre sujeitos” (cf. CEREJA, 2005, p. 202). Para identificá-lo, é preciso que se leve em conta: o momento histórico e a situação de enunciação – os elementos extraverbaís que participam da construção de sentido, como, por exemplo, a identidade e o papel dos interlocutores, na esfera de circulação do signo, e a finalidade do ato enunciativo.

4. Ironicidade verbal

O signo icônico é um hipoícone, ou seja, um ícone degenerado, impuro, que “procura representar os fenômenos que se presentificam na consciência (...) por meio de imagens-ideias corporificadas em sinais perceptíveis que estariam no lugar da coisa que propulsionou a ação da consciência” (SIMÕES, 1999, p. 32).

Na ótica da iconicidade verbal (SIMÕES, 2009, p. 86), o produtor do texto encarrega-se de ativar signos que possam representar (ícones) ideias ou conduzir (índices) o interlocutor à mensagem básica prevista no projeto comunicativo. A representação do pensamento será tão mais icônica quanto mais proficiente for o enunciador. A iconicidade textual é, desse modo, uma qualidade do texto bem produzido, ou seja, do texto no qual a seleção e a combinação dos elementos linguísticos sejam capazes de “instruir” devidamente a leitura, em conformidade com o projeto do texto.

A iconicidade é um elemento deflagrador de fatores como: subjetividade, intencionalidade, ideologia, conhecimento de mundo, identidade, etc., que concorrem na negociação dos sentidos entre o emissor e o receptor. Tratar a linguagem em seu aspecto icônico é investigar a interferência desses fatores na produção de sentidos. O texto é um objeto-

imagem e as palavras são “âncoras textuais” ou “bússolas” na orientação desses sentidos.

5. Valor referencial

Na nossa perspectiva, a qual tem em vista a interação verbal, ou seja, a efetiva correspondência entre produção e recepção, supõe-se que a iconicidade seja o valor discursivo que motiva e orienta a escolha de uma ou outra forma em enunciados concretos e deve, por isso, ser interpretada. Essa hipótese reflete uma preocupação com a inserção social dos sentidos construídos e a relação dos enunciados com os sujeitos discursivos neles presentes, o que justifica a investigação no âmbito da Pragmática. Nesse sentido, a relação entre *nome* e *objeto nomeado* constitui-se num ato de referenciação.

Mas os estudos dos processos de referenciação também têm seu lugar na linguística textual. Koch (2004) apresenta uma análise desses processos centrada, principalmente, nas construções nominais e na nominalização, baseando-se numa concepção de percepção/interpretação focada no *ponto de vista* (já sugerida por Saussure), na prática social, na escolha intencional, na memória discursiva e na (re)construção interativa da realidade através da linguagem. Essa visão põe em foco a figura do *referente*, que se distingue da noção de *referência*, e inclui a percepção/cognição no aparelho teórico da semântica, de acordo com Blikstein (1985). O referente é visto como *objeto do discurso*, a referência é “aquilo que designamos, representamos, sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade” (KOCH, 2004, p. 57).

Para Mondada e Dubois (1995), “aquilo que é considerado um ponto de vista estável de referência para as categorias pode ser decategorizado, tornado instável, evoluir sob o efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de vista”. Para Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995), tanto a referenciação como a progressão referencial consistem na construção e reconstrução de *objetos de discurso*, que são produtos fundamentalmente culturais da atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes. Dessas atividades decorre a (re)construção do próprio real.

6. Orientação metodológica

Investigar a iconicidade nas formas neológicas substantivas é tentar captar as posições discursivas ou processos de discursivização que motivam essas criações para a função de designar e instruir, ou seja, de orientar o sentido. Possenti (2001, cap. 10-11) já observara a necessidade de uma mudança teórico-metodológica na gramática, considerando, numa abordagem estilístico-discursiva, a busca de um “espaço de inserção do sujeito” e as relações entre forma e conteúdo, ou seja, a constituição dos enunciados e a sua interpretação.

7. Indeterminação semântica

Marques (2003, p. 61) considera inerente ao processo de significar certo grau de indeterminação: de um lado, considerando que uma palavra tem tantos sentidos quantas sejam as suas realizações contextuais e, de outro, que a indeterminação inerente ao significado decorre do fato de uma palavra ter um sentido básico a que se somam fatores circunstanciais.

Dependendo do grau dessa *indeterminação*, a palavra pode variar entre dois extremos de significado: a denotação e a *hipersementização* (MARQUES, 2003, p. 62), que é o grau máximo de conotação, podendo chegar ao esvaziamento da denotação da palavra. Como exemplo disso, estariam os casos de motivação fônica, que levam uma palavra a adquirir valores simbólicos próprios, independentemente do seu sentido referencial. Nesta visão, o sentido denotativo é o significado básico da palavra. No sentido conotativo, estão incluídos os valores contextuais ou situacionais do significado: “combinatória linguística, circunstâncias e finalidades, funções e intenções de seu emprego e fatores intersubjetivos presentes no ato de comunicação” (MARQUES, 2003, p. 62). Podemos pensar nisso especialmente em relação aos neologismos semânticos.

8. Evolução semântica

A escolha e, como consequência desta, o uso contribuem para a evolução semântica dos signos linguísticos.

Ullmann (1987, p. 411-438) aponta as seguintes causas da evolução semântica das palavras, na perspectiva histórica, dando destaque às designativas – os nomes:

causas linguísticas, em que sobressaem mudanças de sentido por contágio, entre termos que se associam sintagmática ou paradigmaticamente; causas históricas, que interferem no processo civilizatório e linguístico, através do progresso material e científico e da pluralidade cultural: nomes passam a ter novos referentes e vice-versa; causas sociais, que identificam alterações no uso de termos gerais com sentido restrito e outros, de uso especializado, que passam a ter novos sentidos e o âmbito de seu emprego ampliado; causas psicológicas, que abrangem mudanças decorrentes de fatores emotivos, tabus, usos metafóricos e metonímicos.

Além dessas causas, Ullmann menciona ainda: a influência estrangeira – empréstimos semânticos (cf. ULLMANN, 1987, p. 345 e seg. e 354 e seg.) e a necessidade de um nome novo (*Idem*, p. 436 e seg.).

Já para Bakhtin, tanto a seleção como o fenômeno da evolução semântica estão associados a um julgamento de valor.

9. Análises

9.1. Análise I:

(Trecho)

Ele urge odiosamente, como se fôssemos todos criminosos (o país ainda tem duas ou três pessoas que não o são), numa publicidade sempre grosseira, e humilhante pro contribuinte (leia-se extorquido). Fim com ele, Leon-liberalismo! (MILLÔR. O leão. *Veja*, 25 de abril de 2007, p. 20)

Temos aí um substantivo masculino: *Leon-liberalismo*. A letra maiúscula inicial e a função de vocativo dão ao termo status de nome próprio. A palavra compõe-se de “leon” (forma original de “leão”, empregada estilisticamente, por ‘trocadilho’, e definida no dic. Houaiss, no uso informal, regionalista bras., por metáfora, como “órgão responsável pela arrecadação do imposto de renda”) + “liberalismo” (por associação pejorativa com o termo neoliberalismo (doutrina político-econômica, do século XX, reguladora e assistencialista, que, na definição do dic. Houaiss, desde a década de 1970 “defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia”). A associação também ocorre no nível fonológico, com a recuperação do ditongo aberto /eo/, de neo (neoliberalismo), no primeiro elemento da forma neológica, de considerável efeito estilístico.

O termo é relativo à arrecadação do imposto de renda, a qual é socialmente representada pelo símbolo “leão”, visto como animal “predatório” e “o mais prepotente, odioso, animal das fábulas” e que, historica-

mente, só entrava “na arena para perseguir, mutilar e devorar os pobres, os famintos, os cristãos”. Toda essa definição do animal, dada no contexto, constitui e justifica a referência metafórica ao objeto nomeado.

Assim, esse neologismo define-se, por derivação, como doutrina – “conjunto de princípios adotados num determinado ramo do conhecimento” (HOUAISS) – neste caso, do sistema de arrecadação do imposto de renda. Não há sinônimo correspondente.

9.2. Análise II:

(Título)

O apagão é do governo.

(PIRES, Adriano e SCHECHTMAN, Rafael. O apagão é do governo. *O Globo*, 10 de maio de 2007, p. 7: Opinião)

O substantivo comum masculino *apagão* é um caso de neologismo semântico. O sentido literal é “blecaute” (‘interrupção no fornecimento de energia elétrica’), de acordo com o dic. Houaiss, e “risco de déficit de energia’, de acordo com o texto de referência. Entretanto, o autor, recuperando esse sentido denotativo e as qualidades que a ele se associam, metaforiza o termo, que evolui, no contexto dado, para falta de ação do governo em relação à situação da oferta de energia no Brasil, na época.

Esta palavra, com o mesmo tipo de emprego (metafórico-neológico) aparece também na seguinte frase de Zuenir Ventura, sobre o “caos aéreo” de 2007:

(Trecho)

É um apagão crônico, sem luz no fim do túnel.

(VENTURA, Zuenir: O desafio pós-Pan?. *O Globo*, 25 de julho de 2007, p. 7: Opinião)

Em ambos os casos, significa “falta de ação”. Com este sentido, pode ser sinônimo de: omissão, descuido, inércia, passividade, esquecimento, negligência, despreocupação. As imagens “apagão crônico” e “sem luz no fim do túnel” são metáforas e associam-se semanticamente – as expressões são, praticamente, sinônimas.

Luiz Garcia também usa o termo com significado expandido para “falta de” (ética), numa referência ao “mau” uso político da ocupação dos quadros de governo, em:

(Título)

Antes, o apagão ético

(GARCIA, Luiz: Antes, o apagão ético. *O Globo*, 3 de agosto de 2007, p. 7: Opinião)

9.3. Análise III:

(Título)

Vai ser uma tsunami no Rio

(*O Globo*, 10 de julho de 2007)

O neologismo semântico *tsunami* explica-se no próprio contexto, segundo o qual, o presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH-RJ), Alfredo Lopes, teria se referido aos “efeitos catastróficos” da iminente greve da Polícia Civil e de outras categorias durante os Jogos Pan-americanos, com a seguinte frase: “Vai ser uma *tsunami* no Rio de Janeiro”. O termo aparece com mudança de gênero que é como, comumente, é visto na versão neológica.

O significado da palavra oscila, ao ser aproveitado, no título da matéria jornalística, recuperando apenas uma parte (eclipse parcial) do enunciado original: “Vai ser uma *tsunami* no Rio”. Nesta construção, além de remeter ao referente catafórico *Rio de Janeiro* (que aparece no corpo do texto), apesar da letra maiúscula da palavra *Rio*, evoca também a ideia de que tsunamis, ao que se sabe, acontecem no mar, mas, desta vez, estaria acontecendo no “rio”, recorrendo ao nosso conhecimento de mundo. Assim, o “trocadilho” afeta o significado e o referente do termo em análise, os quais têm sido semanticamente explorados, desde que um tsunami, em dezembro de 2004, atingiu a costa asiática devastando áreas imensas e provocando milhares de mortes. (Observe-se o gênero masculino do termo empregado no seu sentido original, denotativo.)

O sentido denotativo de *tsunami*, originalmente substantivo comum masculino, é “vaga marinha volumosa, provocada por movimento de terra submarino ou erupção vulcânica” (HOUAISS). No contexto dado, evolui para um neologismo semântico, ao ser empregado na forma feminina, podendo significar “tragédia, catástrofe, desgraça, infortúnio”

(por associação de qualidades), quando se refere ao Rio de Janeiro. Entretanto, na forma como aparece no título, se interpretado como visto acima, contrapondo-se “tsunami no rio” a “tsunami no mar”, retoma seu sentido original, apesar da forma feminina.

Vejamos outro caso em que essa palavra tem o âmbito de seu emprego ampliado, passando a um novo sentido no próprio contexto de ocorrência:

(Texto – grifos nossos)

O QUE NUNCA ACONTECEU ANTES

Luís Fernando Veríssimo (*O Globo*, 2/1/2005)

Deve haver poucas coisas mais aterrorizantes do que uma *tsunami*, a onda gigante causada por um maremoto. A visão de uma parede de água vindo na direção da praia é um pesadelo comum da Humanidade, mesmo de quem nunca esteve perto do mar. Li que ter que fugir de ondas gigantes e estar nu no meio de uma multidão são as angústias mais recorrentes nos maus sonhos de todo mundo, interpretações à vontade. O terror da grande onda talvez tenha a ver com a nossa origem oceânica: ficou nas nossas células o medo secreto de que, cedo ou tarde, o mar virá nos pegar de volta.

Um dado que eu não sabia e que aumenta o terror: a velocidade da *tsunami* é quase igual à de um jato. Foi, em parte, por isso que as ondas atingiram as costas de surpresa, sem aviso, e que houve tantas mortes. Mas foi também porque a área mais atingida não tinha nenhum sistema de alarme. A Austrália recebeu um aviso do maremoto, a Índia e os outros países do Oceano Índico não. Porque não pertenciam ao sistema. Em tudo, o serviço nos países ricos é sempre melhor que nos países pobres. Resultado estimado, quando escrevo: 20 mil mortos. Outra razão para a tragédia foi o simples fato de que nada parecido tinha acontecido antes na região. Para quem acha que fenômenos naturais são sinais no código em que é anunciado nosso destino, ainda mais tão perto da passagem de ano, então a mensagem destas ondas é clara. Em 2005 vão acontecer coisas que nunca aconteceram antes.

Estávamos preparados para um ano novo. Estaremos preparados para um ano inédito?

Nada a ver, mas o ano brasileiro também terminou com algo que nunca tinha acontecido antes, se não era um delírio. Durante alguns dias parecia estar-se discutindo se o problema do povo brasileiro era comer de menos ou comer demais. O IBGE dizendo que tinha medido o povo e que ele estava obeso, o que equivalia a uma *tsunami* estatística varrendo todos os nossos pressupostos sociológicos, e o Lula dizendo que a obesidade era disfarce, ou coisa parecida. Já se estaria até falando em suspender todos os programas de combate à miséria – “Não precisa mais, gente!” – e substituí-los pela distribuição de cartilhas da dieta Atkins. Se o episódio aconteceu mesmo ou se foi um delírio induzido, mostra que entramos num ano de graves riscos. Para o bom senso, antes de mais nada.

Fique atento ao inédito em 2005, portanto. Bichos nascendo com cara de gente, gente nascendo com rabo, jurois caindo, tudo que for estranho e não for marquetchim. E preste atenção, muita atenção, no nível do mar.

Apesar do emprego no feminino, as duas primeiras ocorrências da palavra remetem ao significado denotativo, expresso no texto como “onda gigante causada por um maremoto” – o feminino decorre, possivelmente, da associação com “onda”, é comum ver-se esse emprego. Na terceira ocorrência, há uma mudança na atitude discursiva e o termo evolui, passando ao status de neologismo semântico, graças a um processo que se pode dizer metafórico, a partir de identidades postas à mostra, como a qualidade de fato inesperado que “varre” o que está pela frente, mudando o estado de coisas. Passa, então, a significar “surpresa, fato inédito ou inesperado”. Com isso, o termo é recategorizado, graças a um processo de reavaliação e reconstrução da realidade.

Há, ainda, a possibilidade de um neologismo dar origem a outro, o que demanda, para a sua interpretação, o acionamento do nosso conhecimento de mundo e da história da palavra. O caso a seguir ilustra bem esse fato: o primeiro dá origem ao segundo, por associação (imagética) e, ao mesmo tempo, por oposição de qualidades. A frase, que minimizou discursivamente os efeitos da crise econômica americana no Brasil, é de 2008, do então Presidente Lula:

Lá (nos EUA), ela é um tsunami; aqui, se ela chegar, vai chegar uma marolinha que não dá nem para esquiar.

(Publicação de Ricardo Galhardo – *O Globo*, 4/10/2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>>. Acesso em: 27-09-2013.

10. Conclusão

O ato de nomear é mais do que uma atividade de designar, é um modo de conceituar as coisas e o mundo que nos cerca, de (re)construir a própria realidade. A capacidade de concisão dos nomes (de reunir todos esses ingredientes vistos e qualidades) parece ter seus melhores modelos na criação neológica. Este talvez seja, mesmo, o campo mais fértil de realização das potencialidades icônicas do substantivo. Os neologismos são signos fortemente motivados, criados propriamente para os seus contextos de ocorrência, buscando atingir o grau máximo de expressividade.

Quanto aos seus criadores, cabe destacar mais esta reflexão de Sócrates em seus diálogos:

Por consequência, Hermógenes, a formação de um nome não parece, como tu julgas, obra de pouca monta nem de gente medíocre ou de um homem qualquer. Quanto a Crátilo, tem razão, ao afirmar que os nomes são inerentes, naturalmente, às coisas e que nem todo homem é artista de nomes; mas só aquele que fitar os olhos no nome natural a cada objeto e for hábil lhe reduz a forma a letras e sílabas. (SÓCRATES, cf. PLATÃO, 1994, p. 26.)

As criações neológicas substantivas pressupõem uma atividade cognitiva produtora de iconicidade, da qual decorre um valor estilístico-discursivo relevante na interpretação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 2004.

APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A. E REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. (Eds.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discurs*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995, p. 363-397.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

BLIKSTEIN, Isidoro. *Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1985.

CEREJA, William. Significação e tema. In: BRAIT, Beth. (Org.): *Bakhtin, conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 201-220.

FREITAS, Maria Noêmi F. da Costa. *Cigarras, formigas, severinos & cia.: um olhar atento para a iconicidade do substantivo*. 2009. Dissertação de mestrado, UERJ, Instituto de Letras, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.05. Instituto Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARQUES, Maria Helena Duarte. *Iniciação à semântica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, D. Construction des objets du discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN. *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995, p. 273-305.

PLATÃO. *Crátilo*. Versão do grego, prefácio e notas: Pe. Dias Palmeira. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1994.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RIFATERRE, Michel. *A produção do texto*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SANTAELLA, Lucia. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SIMÕES, Darcília. Leitura e produção de textos: subsídios semióticos. In: VALENTE, André. (Org.). *Aulas de português: perspectivas inovadoras*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Coesão, coerência e cognição em perspectiva semiótica. *Caderno Seminal*, ano 8, n. 13: Semiótica – ciência, método e interdisciplinaridade. Rio de Janeiro: UERJ/Dialogarts, 2002.

_____. Subsídios para a análise dos conteúdos textuais. *Matraga*, v. 16. Rio de Janeiro, 2004, p. 101-124.

_____. *Iconicidade verbal: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2009.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1987.